da acta do conselho de administração que contenha a deliberação de executar, com a indicação do nome do devedor, do quantitativo da dívida e da sua causa.

§ único. Para o efeito da execução a Administração enviará ao respectivo agente do Ministério Público junto do Tribunal das Execuções, além da certidão da deliberação, a nota de que o devedor foi avisado por carta registada e a resposta, se a houver, que esta tiver dado no prazo de oito dias a contar do envio da carta,

CAPÍTULO V

Das despesas

Art. 23.º As despesas serão satisfeitas com o produto das receitas existentes na tesouraria dos portos do Douro e Leixões ou depositadas, com os fundos que pelo Governo sejam postos à disposição do conselho ou com o produto de qualquer empréstimo ou operação financeira autorizados por lei,

§ único. O levantamento de fundos e dos depósitos existentes será feito por meio de cheque assinado pelo presidente e por um vogal do conselho de administração. Na falta do primeiro assinará um dos outros vogais, devendo neste caso ser dado prévio conhecimento às entidades competentes da substituição das respectivas assinaturas.

Art. 24.º O conselho de administração poderá, no decorrer de cada gerência, dentro das correspondentes autorizações orçamentais e de harmonia com os planos e projectos aprovados nos termos legais, aplicar a disponibilidade das respectivas receitas em melhoramentos indispensáveis aos portos.

Art. 25.º As contas serão organizadas por anos económicos, com princípio em 1 de Julho de cada ano.

§ 1.º O balanço anual será assinado por todos os membros do conselho de administração, devendo qualquer deles que discorde do mesmo balanço declarar os motivos da discordância.

§ 2.º Dentro do mesmo prazo de três meses serão, pelo conselho de administração, remetidas à Administração Geral da Contabilidade Pública as contas de receita e despesa relativas ao ano económico anterior.

Art. 26.º Até o dia 31 de Outubro de cada ano serão submetidas ao Tribunal de Contas, para serem julgadas, as contas relativas ao ano económico anterior.

Art. 27.º Dentro dos prazos regulamentares será, pelo conselho de administração, organizado e remetido ao Ministério do Comércio e Comunicações o plano dos trabalhos a efectuar e o orçamento das receitas e despesas dos serviços dos portos relativas ao ano económico seguinte.

§ 1.º Os orçamentos das receitas e despesas serão organizados tendo em vista os resultados do último ano apurado e entrando em linha de conta com as probabilidades de aumento ou diminuição das diversas verbas que nêles figuram, não podendo porém as despesas exceder o limite das receitas previstas.

§ 2.º Quando antes do fim do ano económico se reconhecer a desproporção entre as verbas orçamentais e as despesas efectuadas, o conselho de administração autorizará as convenientes transferências de verba, caso haja saldo em outros artigos do orçamento, ou proporá superiormente a transferência de uns para outros capítulos ou a abertura de créditos dentro das disponibilidades das receitas realizadas.

Art. 28.º Todos os documentos de despesa que dissem respeito a fornecimentos de materiais serão numerados e acompanhados das respectivas requisições.

Art. 29.º Os pagamentos de quantias em dívida a credores falecidos ou que tenham transferido os seus direitos serão feitos, nos termos da legislação vigente, mediante prévia habilitação judicial quando houver inventário, ou administrativa no caso contrário.

§ único. Exceptua-se o caso em que o débito corresponder a vencimentos ou salários de importância inferior a 1.000\$, desde que por qualquer forma os interessados provem e o conselho de administração reconheça a legitimidade do pagamento.

Art. 30.º Ao cofre serão dados balanços mensais em dia incerto por um delegado do conselho de administração, com a assistência do representante do Tribunal de Contas e do chefe dos serviços de contabilidade.

§ único. É obrigatório o balanço de 30 de Junho de cada ano.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 31.º O conselho de administração, dentro do prazo de noventa dias a contar da data da publicação do presente decreto, submeterá à aprovação do Ministério do Comércio e Comunicações um projecto de organização dos serviços da Administração, fixando os quadros do pessoal e as suas atribuições, bem como todos os regulamentos necessários para a gerência dos respectivos serviços.

Art. 32.º O presidente do conselho de administração e cada um dos seus vogais percebem o vencimento fixo mensal de 2.000\$, tendo direito à percentagem de 0,40 por cento sobre as receitas brutas ordinárias, com o limite legal.

O representante do Tribunal de Contas percebe a gratificação estipulada no § 4.º do artigo 32.º do decreto n.º 18:962.

Art. 33.º As funções de membro da junta consultiva são gratuitas.

A falta de comparecência de um vogal da junta consultiva às sessões da mesma junta, sem motivo que o respectivo presidente julgue justificado, por três vezes durante um ano, inibe o faltoso de continuar a tomar assento nas sessões.

Art. 34.º É mantido o actual director técnico, nos termos do respectivo contrato, excepto na parte referente a vencimentos, que passam a ser os estabelecidos no artigo 33.º

Art. 35.º É extinta a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões), passando todos os serviços a seu cargo a ser exercidos pela Administração criada por força do disposto no presente decreto.

§ único. Enquanto não forem aprovados a organização dos serviços e os regulamentos a que se refere o artigo 28.º do presente decreto serão os mesmos serviços geridos nos termos das leis e regulamentos em vigor à data da sua publicação na parte aplicável.

Art. 36.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêles se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 23 de Janeiro de 1932.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*—*Mário Pais de Sousa*—*José de Almeida Eusébio*—*António de Oliveira Salazar*—*António Lopes Mateus*—*Luiz António de Magalhães Correia*—*João Antunes Guimarães*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Gustavo Cordete Ramos*—*Henrique Linhares de Lima*.

Administração Geral dos Correios
e Telégrafos

Direcção dos Serviços de Contabilidade

Por despachos ministeriais de 23 do mês findo e de 12 do corrente, e nos termos do § 2.º do artigo 17.º do

decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foram autorizadas no orçamento da Administração Geral dos Correios e Telégrafos para o actual ano económico as seguintes transferências, que foram anotadas pelo Tribunal de Contas em data de 23 do presente mês:

Do artigo 5.º, n.º 3), alínea c) «Aquisição de mobiliário, cofres e utensílios para os serviços externos», para artigo 5.º, n.º 3), alínea d) «Aquisição de material para iluminação, aparelhos de aquecimento, ventilação, força motriz e água e sua instalação»	12.000\$00
Do artigo 22.º, n.º 2), alínea d) «Transportes de encomendas pelas companhias de caminhos de ferro e de navegação», para artigo 22.º, n.º 2), alínea e) «Transportes de malas pela Companhia Internacional de Wagons-Lits».	36.000\$00
Do artigo 23.º, n.º 4) «Direitos e despachos alfandegários», para artigo 23.º, n.º 3) «Aferição de pesos e medidas»	5.000\$00
Do artigo 33.º, n.º 2), alínea h) «Linhas telegráficas e telefónicas, compreendendo pequenas ampliações e alterações de traçados».	10.000\$00
Do artigo 33.º, n.º 2), alínea i) «Estações e redes telefónicas, compreendendo pequenas ampliações e alterações de traçados».	10.000\$00
	<u>20.000\$00</u>
Para artigo 33.º, n.º 2), alínea d) «Aparelhos telegráficos»	20.000\$00
Do artigo 40.º, n.º 1) «Diferenças de câmbios»	10.000\$00
Do artigo 40.º, n.º 6) «Exercícios findos».	35.000\$00
	<u>45.000\$00</u>
Para artigo 40.º, n.º 2) «À Administração dos Telégrafos de Espanha e outras, companhias de cabos submarinos e outras, emprêsas de navegação e Câmara Municipal da Horta, pela transmissão de telegramas».	45.000\$00

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, 27 de Janeiro de 1932.— O Director dos Serviços de Contabilidade interino, *Serafim Jacinto dos Santos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Ocidente

Repartição de Angola e S. Tomé

Rectificações

Tendo sido publicado com algumas inexactidões, no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 20 do corrente, o decreto com força de lei n.º 20:789, da mesma data, declara-se que nessa publicação devem ser feitas as seguintes rectificações:

No artigo 4.º, 3.ª linha, onde se lê: «juntamento», deve ler-se: «conjuntamente».

No artigo 10.º, 4.ª linha, e no § único do artigo 12.º, 1.ª linha, onde se lê: «Ministro das Finanças», deve ler-se: «Ministério das Finanças».

No artigo 12.º, 4.ª linha, onde se lê: «n.º 19:361», deve ler-se: «n.º 19:381».

Direcção Geral das Colónias do Ocidente, 28 de Janeiro de 1932.— O Director Geral, *Manuel Fratel*.

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 20:843

Tornando-se necessário reforçar uma dotação da Escola Comercial de Gil Vicente, de Setúbal, inscrita no orçamento para 1931-1932;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a importância de 6.000\$ a verba inscrita no artigo 698.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios», do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1931-1932, em relação à Escola Comercial de Gil Vicente, de Setúbal.

Art. 2.º São anuladas nas dotações da mesma Escola, no referido orçamento, as importâncias seguintes:

Artigo 698.º — Aquisições de utilização permanente:

1) Aquisição de móveis:

b) Mobiliário 2.000\$00

Artigo 699.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De móveis:

a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios 250\$00
b) Mobiliário 250\$00

Artigo 700.º — Material de consumo corrente:

1) Matérias primas para as oficinas 1.000\$00
3) Diversos não especificados, incluindo artigos de expediente, etc. 500\$00

Artigo 701.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

1) Luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza e outras despesas 1.500\$00

Artigo 705.º — Encargos administrativos:

1) Restituições 500\$00
6.000\$00

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1932. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *João Antunes Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.